

Dentro ou fora da memória? O arquivista da memória e a capacidade antidota do fazer lembrar

Dr. Luiz Eduardo Ferreira da Silva

<http://lattes.cnpq.br/7757626842906197>

luizeduardo.ufpb@gmail.com

Dra. Mariza de Oliveira Pinheiro

<http://lattes.cnpq.br/7577244683601239>

rizapinheiro@gmail.com

Ma. Ilza da Silva Fragoso

<http://lattes.cnpq.br/7825871145428611>

ilsasf@yahoo.com.br

Submetido: 03 abr. 2020

Publicado: 15 maio 2020

Resumo

A discussão do conceito de memória na Arquivologia ainda é contextualizada de forma incipiente. Desse modo, o artigo tem como objetivo investigar a compreensão do conceito memória na Arquivologia, enfatizando o papel do arquivista e a sua relação com a função social do arquivo. Utilizamos a metodologia qualitativa por intermédio de uma pesquisa bibliográfica. O arcabouço teórico utilizado está assentado à luz da epistemologia arquivística. Diante disso, apontamos que as questões de memória são de extrema importância na Arquivologia contemporânea, mormente, pois os registros documentais colocam o indivíduo na sua realidade social. Por fim, a memória na Arquivologia é um "antídoto" que pode transformar o *ethos* de uma sociedade que tem por herança cultural e histórica, o esquecimento.

Palavras-chave: Epistemologia. Arquivologia. Memória. Esquecimento.

1 INTRODUÇÃO

A estrutura do arquivo é espectral (DERRIDA, 2001).

Trazer à baila da memória na Arquivologia é compreender o lugar do arquivo nessa conjuntura social, uma vez que esse exerce uma relevância fundamental para garantir o direito dos cidadãos. Então, o arquivo incorpora na sua essência uma valorização social e uma demarcação de memória que faz o sujeito reconfigurar-se com o tempo, mormente na sua relação com os documentos. Sendo assim, esses documentos são produzidos através de uma atividade e função administrativa, no entanto, passado sua fase de valor primário, esses são conduzidos ao "lugar da memória", da revitalização, do não esquecimento.

Nesse sentido, falar da memória na Arquivologia é recomendar as referências de uma memória social e coletiva que se coaduna com os conceitos de memória que são harmonizados na Arquivologia. Dessa forma, é necessário destacar que os estudos que debruçam-se sobre a memória é uma tarefa difícil na Arquivologia, principalmente pelas confusões terminológicas que são empregadas a esse termo.

A memória que é discutida na Arquivologia não pode ser apenas "despojada" na área sem uma discussão das suas anomalias conceituais, pois o arquivo por si só não é "memorialístico", mas esse pode tornar-se quando relacionamos com a preservação dos registros documentais, mas sobretudo, quando tratamos o arquivo como lugar da lembrança que tem por função a finalidade do provar. Sendo assim, para a memória ser bem aplicada na sua direção fenomenológica, é preciso destacar o papel do arquivista não como um "resgatador" de memória, isto é, como um "apagador de incêndio" como muitos colocam. É necessário compreender a função do arquivista como protagonista na preservação dos registros documentais que possibilitam que o sujeito se veja como partícipe do processo da mnemônica. No âmbito epistemológico "um segundo ramo dos estudos sobre a memória interessa-se pelas maneiras com que a memória se entrecruza com os processos sociais que moldam a identidade individual, a coesão comunitária e consciência histórica" (HEDTROM, 2016, p. 240), fulcral para a tradução e interpretação do que foi registrado como memória.

Diante do exposto, neste estudo temos como objetivo compreender o "lugar da memória" na Arquivologia, tentando nos distanciarmos das confusões e conflitos em torno da sua definição que é frequentemente colocada. Desse modo, é preciso apontar que a memória que é retratada na Arquivologia, não é necessariamente colocar o arquivo num "bojo" de uma memória individual ou coletiva o que tornaria irregular a visão do arquivista sobre o arquivo. Logo, é imprescindível contextualizar o aspecto social da memória e sua capacidade antidota do fazer lembrar.

Não é mais aceitável na Arquivologia a premissa básica de uma memória apenas para satisfazer as afasias de um passado, "é um problema particularmente para os arquivistas, porque pode lançar luz sobre como as fontes arquivísticas podem atuar na construção da memória social" (EASTWOOD, 2016, p. 41). A rigor, a tradição ritualística de alguns teóricos ligados diretamente a temporalidade histórica, condicionaram o arquivo a uma visão de memória individual ou coletiva, ou seja, a aquela da historiografia da História. Porém é oportuno apontar que as fontes arquivísticas, isto é, a produção dos registros documentais tem um caráter social. Portanto, "compreender a rica história dos efeitos sociais e culturais dos dispositivos de memória é protética sobre os usos e percepções comuns da memória é um ingrediente essencial da análise feita pelo arquivista do significado" (HERDSTROM, 2016, p. 243). Por fim, é nesse contexto de um arquivista do significado, ou seja, o arquivista da memória que iremos buscar compreender esse dentro ou fora da memória com suas várias interpretações e confusões.

2 TENSÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE A MEMÓRIA NA ARQUIVOLOGIA

É importante reconhecer que a arte clássica da memória baseia-se em princípios mnemotécnicos manipuláveis. [...]. Se quisermos nos lembrar de muitas coisas, precisamos nos prover de um grande número de lugares
(YATES, 2007).

A teoria da organização do conhecimento atrelada à luz da Arquivologia ou Ciência da documentação, no decorrer do tempo sofreu inúmeras inovações e complexas tensões acerca do papel e da função do profissional da arquivística. Sobretudo, os conflitos epistemológicos oriundos da crise de paradigmas (KUHN, 2013) que surgiram em

decorrência do mundo moderno trouxeram no seu bojo, a crescente produção de documentos. Desse modo, o trabalho da arquivística exigiu novas estratégias para a importante tarefa de tratamento e disseminação adequados da documentação, aumentando a capacidade de conservação permanente da memória da humanidade para as futuras gerações.

O conceito de arquivo é o objeto central da Arquivologia. Este é composto por informações produzidas por processos de trabalho que são organizadas e estruturadas de modo a facilitar a recuperação. Caracterizam-se como uma coleção de documentos produzidos e acumulados por pessoas, famílias, instituições ou grupos sociais com o objetivo de organizar as suas memórias. Fazem parte da herança cultural pessoal ou social e representa a memória coletiva familiar, comunitária, governamental ou nacional. Como Ciência Interpretativa, não está focada apenas em memórias registradas, mas também, como a memória é criada, manipulada, apagada, mantida e comunicada (THOMASSEN, 2006).

A Arquivologia consolidou-se como disciplina científica em um campo independente, somente no final do século XIX. Conforme aponta Araújo (2013), ela emergiu com a tríade: documentos, arquivo e técnica arquivística, sob um modelo epistemológico caracterizado como: patrimonialista; historicista, custodial e tecnicista. Durante o iluminismo, especificamente, no início do século XX, a função do arquivo direcionou-se para o aspecto cultural e pedagógico, seguindo a linha funcionalista através de registros de história oral e etapas envolvendo o diagnóstico, coleta, decisões, planejamento, uso, descrição, organização física e virtual. Essa fase favoreceu a concepção de arquivo mais democrático e universalista, focado na eficácia e no acesso a todos os cidadãos. Sobretudo, o livre acesso aos arquivos oportunizou a produção da perspectiva crítica, a qual detectou tensões nas relações entre a instituição arquivística e a sociedade que reverberam denúncias de interferências ideológicas e de dominação atreladas à questão de posse. Portanto, o "arquivista tem papel ativo na construção da memória social, na autorreflexão, na capacidade de recuperar o contexto da produção dos documentos arquivísticos" (ARAÚJO, 2013, p. 85).

Para Derrida (2001) a virada do milênio marcada por guerras civis ou internacionais evidenciaram também, o surgimento dos *arquivos do mal*. Eram instituições dissimuladas, interditadas e desviadas através da manipulação de órgãos privados ou secretos, com o sentido que destrói e arruína o próprio princípio do arquivo. Na concepção do autor, a noção de arquivo ou *arkhê*, designa dois princípios: o *commencement* (começo) ligado ao físico, histórico ou ontológico e, o *commandment* (comando), relacionado ao lugar de autoridade tendo um sentido nomológico (ciência das leis). No livro *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, o autor analisa o discurso de Freud sobre o arquivo e enfatiza os conflitos vividos pelo pensador, os quais pode-se considerá-los similares ao que vivemos na atualidade. Diz ele:

A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. Estamos com mal de arquivo (*en mal d'archive*). Escutando o idioma francês e nele, o atributo "*en mal de*", estar com mal de arquivo, pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome "mal" poderia nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele alí onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiva. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à

origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto (DERRIDA, 2001, p. 119).

Portanto, para o autor, o *trouble d'archive* ou o *mal d'archive* que envolveram e envolvem os "segredos" guardados, os complôs, a clandestinidade dos conflitos que escondem em seus bojos os limites entre o público e o privado, reservam sempre problemas de tradução contidos na singularidade das interpretações ofertadas e abertas na memória registrada.

O conceito contemporâneo remete aos sentidos físico, histórico ou ontológico desde a sua criação com o legado de autoridade pública ou privada, reconhecido. Os *arcontes* seus primeiros guardiões, não eram apenas responsáveis pela segurança física do "depósito". "Cabiam-lhes também o direito e a compreensão hermenêuticos. Tinham o poder de interpretar os arquivos". Sob a sua responsabilidade, os documentos "evocavam a lei e convocavam à lei" (DERRIDA, 2001, p. 13).

Como armazenador coletivo de conhecimentos e testemunho do passado, o arquivo é memória em potência. Sua estrutura é fonte de legados e atestações, de certificados que são provas dos direitos de poder. Citando Assmann (2011, p. 368): "antes de ser memória história, e memória da dominação". Portanto, controlar o arquivo, é também controlar a memória institucional.

Em governos antiliberais, os arquivos são mantidos em segredo, enquanto nos democráticos evidenciou-se a linha como bem público, que pode ser individualmente utilizado e interpretado. Neste sentido, sendo o arquivo o *locus* da preservação da herança cultural e dos artefatos documentais do passado-presente, perguntar-nos-emos, o arquivista é o "guardião" da memória? Sobre essa questão da relação entre arquivo e memória, existem tensões recorrentes entre os estudiosos da temática.

Segundo Barros e Amélia (2009, p. 57) o arquivo e a memória possuem uma relação indissociável que extrapola o sentido material de mero "depósito" da memória registrada. O arquivo compreende "um espaço de referência da produção do conhecimento, que incita a efervescência da informação de maneira dinâmica e atualizada". Deste modo, no entendimento das autoras, a memória emerge em um *corpus* de visibilidade por consequência da sua preservação, e o arquivo, firma-se como gerador do conhecimento e espinha dorsal das informações memoráveis, permitindo a externalização e a mediação entre tempo e os acontecimentos passados.

A problemática arquivística e a sua relação com a memória também são delineadas por Faci e Alencar (2015) a partir de poéticas artísticas contemporâneas. Sob uma zona de confluência lógica no jogo de temporalidade, acionada através das práticas arquivísticas, as autoras apontam alguns pressupostos conceituais e orientadores nesse campo relacional, sendo eles: 1) o arquivo tem dimensão ordenadora, e de forma simultânea está atrelado ao domínio da retenção; 2) a desordem conduz ao esquecimento e ao apagamento necessários para a reconstrução de um "passado", que reflete uma memória apagada e reconstruída; 3) a ordem que rege o arquivo, a disposição dos artefatos, as hierarquias, classificações e inscrições criadas interferem e influenciam o modo de percepção dos signos ali reunidos e, conseqüentemente, as traduções e interpretações dos receptadores ou pesquisadores; 4) a ordenação possibilita a criação de uma memória-acontecimento, cuja materialidade está em constante estado de devir.

Compreende-se então na visão de Faci e Alencar (2015), que o arquivo evidencia o caráter transitório na memória. Deste modo, a prática arquivística não é estagnada, ou seja, ela provoca um constante movimento dialético entre o processo

de lembrar e o risco de esquecer. Portanto, "não será a abundância ou o acúmulo" que permitirá à memória permanecer.

A condição da memória está atrelada a necessidade de evocação e conseqüentemente, para esse fenômeno, precisa-se dos outros. Nessa linha de pensamento que vincula a relação com a memória coletiva, Halbwachs (2006, p. 59) assevera: "a lembrança está ali, fora de nós, talvez entre muitos ambientes". Dessa forma, os "suportes exteriores", ou testemunhos do passado como designa o autor, funcionam como uma espécie de sementes de rememoração para que os fatos e acontecimentos vividos cristalizem e se transformem em uma massa consistente de lembranças.

No âmbito institucional do arquivo, antes deste ser constituído, há o processo do arquivamento. A composição em forma de obra que proporciona a visibilidade do material ao pesquisador/leitor, leva em consideração a seqüência de "criação" organizativa do profissional do arquivo. A produção da classificação enunciativa da "ordem" para acesso aos documentos definidos pelo arquivista,

A atuação do arquivista, enquanto agente da história, formador e organizador da herança cultural na contemporaneidade, segundo Panisset e Assis (2016), compreende exigências e responsabilidades que extrapolam a visão micro, do mero desejo de arquivo. O objetivo do fazer arquivístico, que antes focado na custódia, direcionou-se para a gestão e o acesso. Nesta perspectiva, para os autores, a arquivologia pós-moderna corporificou-se em uma visão macro, ou seja, a função transcende a conservação, seleção e acessibilidade do patrimônio documental. Engloba um contexto mais amplo relacionado ao patrimônio, identidade, verdade e poder, através de análises atreladas ao dever de memória contra o espectro do esquecimento.

A dialética discursiva sobre o esquecimento remete-nos à abordagem Ricoeuriana sobre a Memória arquivada. Para Ricoeur (2007) o processo do arquivamento constitui uma primeira tarefa da epistemologia do conhecimento arquivístico que envolve, *a priori*, um saber histórico e arqueológico. Na concepção do autor, o arquivo é um lugar social de produção do testemunho documental, que abriga rastros memorialísticos, suscetíveis de serem localizados. Na operação do fazer arquivístico a descrição dos traços promove uma ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral, de modo que, no processo classificatório, o testemunho eleva-se à condição de prova documental, muda e órfão, sem destinatário determinado, aberto a qualquer leitor, aguardando o seu "reavivamento". Nesse sentido, para o autor, o esquecimento mantém-se como ameaça na interpretação fenomenologia da memória e da epistemologia da história.

Em suma, a arquivologia, na contemporaneidade tradicionalmente, atua na gestão documental. Contudo, urge ampliar a sua dimensão funcional para que novos desafios transcendam a visão organizativa, potencializando o protagonismo do arquivista como produtor do conhecimento social e cultural no arquivo, priorizando usuário, o acesso e a recuperação da informação.

3 O ARQUIVISTA DA MEMÓRIA E A CONSCIÊNCIA DE GRUPO: o arquivo não é equivalente à memória coletiva

Controle do arquivo é controle da memória (ASSMANN, 2011).

Nos dias atuais, a memória em todos os seus aspectos está em evidência na comunidade científica humanística. Sabe-se que entre seus pares, o conceito de

memória não é igualmente concebido e abordado, porque há certa complexidade como sugere Le Goff (2003), por ela ser um processo inacabado, sempre em mutação e por se encontrar na subjetivação das entidades sociais e entrelaçada em uma teia de outros conceitos relacionados que envolvem aspectos sociais. Por exemplo, história, identidade, cultura, patrimônio e informação são conceitos relacionados com a memória e, muitas vezes se confundem. É claro que não esgotamos toda a cadeia de relações, mas evidenciamos cinco delas, às quais denominamos dicotomias da memória, que passamos a discutir resumidamente.

Memória e história são distintas, mas possuem elementos comuns como contextualidade e continuidade (DIEHL 2002). Memória e história evocam o mesmo tempo – o passado; elas têm em comum a matéria-prima. A memória procura preservar o passado para garantir o presente e o futuro. É desse aspecto da memória que a história se alimenta e cresce. Memória e história lutam contra o esquecimento e buscam o tempo vivido. Embora tendo algo em comum são distintas; a história é linear e única, a memória não tem linearidade, mas pluralidade (LE GOFF, 2003). Para Halbwachs, a memória registrada passa a ser história. Então a história entra como registros das informações que representam a memória. Para Pierre Nora (1993, p. 9), "a história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado".

Memória e identidade - segundo Hall (2006) são termos interdependentes. A construção da identidade se dá na razão direta do tempo, espaço e movimentos históricos; a identidade é definida historicamente e não biologicamente. A identidade social é construída pela memória social. Logo, memória e identidade são inseparáveis porque a memória constrói a identidade que se manifesta como existência da memória. Por isso Le goff chamou a memória de instrumento de identidade. A identidade ou o eu de cada indivíduo se forma sempre dentro de quadros sociais da memória (CATROSA, 2001), consoante a Le Goff que conceitua a memória envolvida em aspectos sociais.

Memória e cultura - a estrutura simbólica da cultura é o próprio movimento da memória. Morin (2007) define cultura como um "capital de memória" e de organização. Para ele, os elementos culturais são matéria prima na construção da memória. Se pensarmos cultura como modos de vida e pensamento (COUCHÊ, 2003), teremos a própria cultura como elemento constituidor da memória. Von Simson (2007, p. 2) foi mais categórica em sua definição:

Cultura é memória, pois é a cultura de uma sociedade que fornece os filtros através dos quais os indivíduos que nela vivem possam exercer seu poder de seleção realizando as escolhas que determinam aquilo que será descartado e aquilo que precisa ser guardado ou retido pela memória porque, sendo operacional, poderá servir como experiência válida ou informação importante para decisões futuras.

Repensando os teóricos, conclui-se que cultura e memória são elementos identificadores de um grupo social.

Memória e patrimônio - a memória é a razão do patrimônio o qual foi constituído sob a intenção de preservação da memória, conceito este que evoluiu não só para preservação da história e da arte de cada país, mas do conjunto de realizações humanas em suas mais diversas expressões - um acervo das realizações materiais e imateriais, da vida em sociedade que inclui a noção de hábitos, costumes, tradições, crenças (ABREU, 2003). O patrimônio não é o depósito da memória. Nele, estão

selecionados os suportes de representação da memória que vão desde as comemorações até às manifestações de uma identidade social. Logo, o patrimônio é necessário à memória.

Memória e informação - conceituamos a informação consoante a Armando Malheiro da Silva (2006, p. 24) "como um fenômeno humano e social, que deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona e interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si". Entendemos memória conforme Diehl (2002, p. 121): "uma representação daquelas experiências vividas por homens numa dimensão social". Informação e memória, ambas são processadas pelo filtro de seleção, capacidade do ser humano de selecionar o que se quer permanente, ou descartar aquilo de pouca importância. A memória é entendida como um processo que ocorre no âmbito social, e a informação, um fenômeno humano e social. Tal como a memória, a informação também carrega um certo nível de complexidade.

A relação da informação com a memória dá-se em forma de compartilhamento de passados constantemente construídos e reinterpretados, e isto quando informações que se referem ao passado de um grupo são reunidas e relacionadas entre si, a exemplo da multiplicidade de suportes que a informação pode assumir no seu processo de representação através da cultura material, expressos como documentos e monumentos (LE GOFF, 2003; AZEVEDO NETTO, 2007).

A memória conserva as informações que vão sendo retidas num processo de seleção ou que passaram pelo filtro individual ou coletivo. A memória, precisa de uma representação ou de um suporte de informação para exercer suas funções e significações históricas, seja esse suporte um indivíduo, um grupo social, um monumento ou um documento. Após esse discurso que tece as relações da memória em dicotomias, merece destaque o conceito de memória coletiva ou memória social. Trata-se de um conceito complexo, inacabado, em permanente processo de construção. A memória social foi estabelecida por Maurice Halbwachs no início do século XX, e antes disso foi foco das preocupações de outros pensadores. É um campo que já possui seus autores clássicos, além de Halbwachs, podemos citar Pierre Nora, Jacques Le Goff, Michael Pollak, entre outros.

Nem sempre questões levantadas no campo da memória podem ser respondidas com os conceitos tradicionais dessa área de estudos. Nosso presente apresenta novos problemas que pedem novos conceitos. As novas tecnologias da informação, as políticas midiáticas, o mercado mundial, a hibridação cultural são fenômenos que impõem outros contornos de mundo (GONDAR; DODEBEI, 2005). A memória, seja ela individual, coletiva ou social, está envolvida com aspectos sociais sempre em processo de construção. Em Le Goff (2003) e Catrosa (2001) há uma distinção entre memória coletiva e memória social. Em Pollak (1997), a memória social é uma forma mais completa da memória coletiva. Presume-se que a memória social se relaciona à identidade de um único grupo, enquanto que a memória coletiva se reporta à diversidade de identidades. Para Halbwachs (2006), Bosi (2003) e Duarte (1997), memória coletiva é sinônima de memória social. Finalmente, Meihy (1998, p. 75) conceitua memória social como "imagens e recorrências frequentes nos discursos de uma coletividade".

Nesse panorama, podemos dizer que o arquivista da memória é um profissional em um contexto de efervescência da memória. Os arquivos, considerados lugares de memória, guardam documentos de diversas origens e em diversos suportes. O documento em si não é memória, mas contém informações que poderão ser referenciais de memória. As informações preservadas em documentos revelam o passado de quem os produziu e as suas relações sociais. Desde a antiguidade, os materiais com indício de memória eram preservados nos museus, nos arquivos e nas

bibliotecas - instituições que os reis criavam para preservar suas memórias (LE GOFF, 2003). Os museus foram os primeiros instrumentos de preservação da memória coletiva, depois os arquivos e as bibliotecas (ABREU, 2003). Essas três modalidades de procedimentos técnicos diferentes e de materiais de distintas origens tornaram-se instrumentos indispensáveis às instituições guardiãs da memória. Neste trabalho, enfatizamos apenas os arquivos que são o nosso interesse imediato.

Os documentos de arquivo são aqueles produzidos por uma entidade pública ou privada, família ou pessoa, acumulados no transcurso das funções, guardando uma relação orgânica entre si; surgem por motivos funcionais, administrativos e legais. O arquivo é um dos modelos institucionais tradicionais de preservação do patrimônio cultural ainda vigente na atualidade (BELLOTTO, 2004).

Na introspecção de um fundo arquivístico, uma peça ou uma unidade documental poderá descobrir-se uma cadeia de relações da memória da pessoa física ou da entidade que a gerou. Aspectos culturais e identitários implícitos nas informações daquele(s) documento(s) podem contribuir na construção do memorial da proveniência, podendo nascer daí, um trabalho científico ou um trabalho de arte literária. Bellotto (2004), falando de arquivos como lugares de memória, equipara-os à memória em estado bruto e que essa memória bruta precisa ser extraída, transformada. O arquivo tem um caráter dinâmico e vivo.

Ele não é um mero repositório, mas sim um elemento mantenedor e promotor das informações ali presentes, não apenas abrigando o documento, mas sendo o responsável pelo seu acesso é pela recuperação do contexto em que foi produzido (PANISSET; ASSIS, 2016, p. 84).

Os arquivos embora não sendo criados para fins de memória, finalizam-se como tais em consequência dos registros de informação impostos pela necessidade. O papel do arquivista vai além da seleção e organização de documentos. Sua função se transfere para uma dimensão maior. Ele passa a ser um agente de transformação, um preservador da memória. O arquivista tem um papel ativo na construção da memória social, na autorreflexão, na capacidade de recuperar o contexto de produção dos documentos arquivísticos; também contribui para sua auto identificação como sujeito e agente da historicidade, como formador da memória e promotor da visão do arquivo como resultado da experiência humana; "o arquivista é o intérprete e o mediador entre os documentos e a sociedade" (PANISSET; ASSIS, 2016 p. 87).

O arquivista atual está sendo desenhado por uma formação multidisciplinar (vários conhecimentos) interdisciplinar (relação de reciprocidade, mutualidade) e transdisciplinar (interação), exigida pelas mudanças culturais e informacionais da sociedade. Esse profissional que deixou de ser o "guardião de papel velho" ganhou outros adjetivos, tais como guardião da memória, construtor e preservador da memória e do conhecimento, profissional da informação, entre outros. Esse profissional pró-ativo tem a consciência de que suas funções arquivísticas se completam com os conhecimentos de outros profissionais de outras áreas. Exemplificando, o arquivista precisa dos conhecimentos de um músico ao interpretar documentos musicais; a ajuda de um historiador é essencial na avaliação de documentos que serão permanentes ou descartados; igualmente, ao lidar com documentos de legislação, a contribuição de um profissional de direito se faz necessário; e assim por diante. É assim que se entende a consciência de grupo entre os profissionais da Arquivologia.

3.1 OS ARQUIVOS COMO FONTES POTENCIAIS PARA RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA: o valor social do arquivo

Os arquivos são fontes potenciais para o contexto da consciência social dos sujeitos nas suas relações interpessoais, falar do arquivo, não enquanto lugar, apenas de uma "memória coletiva" é um passo importante para solução do conflito terminológico da aplicabilidade desse termo na Arquivologia. Desse modo, o arquivo é um lugar risco para "recuperar" a memória que estão presentes nos registros documentais, uma vez que esses não tem diante de si (o sentido da historiografia ou da consciência histórica), ao contrário, o arquivo é o lugar, a condição de um campo de emergência social e que é fundamental para garantias fundamentais, como o direito de lembrar, provar e conhecer a produção de um contexto social.

O arquivo como fonte de potencial da memória se caracteriza como um espaço que descreve e suscita os fragmentos daquilo que os sujeitos viveram ou o que as instituições produziram, assim, o arquivo tem um valor social de grande relevância e que merecia ser mais respeitado, cuidado, protegido. Nesse sentido, o arquivo como fonte potencial de memória é fixado no interior social e constituído por um conjunto infinito de coesão social.

A memória é praticada de variadas formas em diferentes grupos, sociedades e culturas, e sua importância para a coesão social, a identidade pessoal e nacional e para se criar uma noção de passado diverge de um lugar de para outro. A memória se mantém problemática na pesquisa, justamente por causa da dinâmica aparente entre a necessidade atual de um passado utilizável e a base probatória sobre a qual o conhecimento é construído (HEDTROM, 2016, p. 246).

Diante do exposto, o arquivo pode ser o ponto de partida para uma prática de justiça social mais forte, pois o arquivo é o lugar determinante para as operações da lembrança, da cobrança e da manifestação social. Sendo assim, as fontes arquivísticas são axiomas que coloca o sujeito na revitalização da memória da qual ele necessita.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamos nesse estudo, dentro ou fora da memória? Nos fez refletir como esse conceito é aplicado na Arquivologia. Percebemos muitas tensões e conflitos terminológicos sobre seu entendimento, principalmente pelo arquivista. Desse modo, o arquivista é uma figura central para a compreensão da aplicabilidade da memória na Arquivologia, porém, como apontamos, não podemos confundir a memória coletiva como um "arquivo" em seu todo, é necessário apontar as variações do próprio entendimento de memória. Além disso, frisamos que a memória está longe de ser consensual na Arquivologia, mas é um conceito que situa esse espaço em um panorama social. Logo, o arquivo é o lugar dos registros das produções documentais, isto é, as fontes arquivísticas. E essas, são primordiais para garantir o direito do sujeito de ser partícipe de um processo de consciência histórica.

Nesse sentido, a difusão da importância da memória para a sociedade global, e as questões que a envolvem possibilitam a formação de novas mentalidades na luta contra o esquecimento, favorecendo a preservação da herança cultural pessoal, institucional, nacional e global. Mediante uma pesquisa bibliográfica, buscou-se discussões de teóricos da ciência da informação sobre a memória nos arquivos e as

novas funções do arquivista face à memória. Fez-se levantamento de alguns conceitos de memória e outros a ela relacionados, contrapondo-os pela distinção e relacionando-os pela semelhança. Conclui-se que a memória imbuída nos arquivos é de grande importância para a Arquivologia contemporânea na luta contra o esquecimento, na construção de novos conhecimentos e na formação social do arquivista.

In or out of memory? The archivist of memory and the antidote capacity to remember

Abstract

The discussion of the concept of memory in archivology is still incipiently contextualized. Thus the article aims to investigate the understanding of the concept of memory in archivology, emphasizing the role of the archivist and its relationship with the social function of the archive. We use the qualitative methodology through a literature search. The theoretical framework used is based on the archival epistemology. Therefore, we point out that the issues of memory are extremely important for contemporary archivology, especially because the documentary records place the individual in their social reality. All in all, memory in archivology is an “antidote” that can transform the ethos of a society, whose cultural and historical heritage is forgetfulness.

Keywords: Epistemology. Archivology. Memory. Forgetfulness.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. *In*: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARAÚJO, C. A. V. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1394/1572>. Acesso em: 24 jul. 2019.

ASSMANN, A. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Unicamp, 2011.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2007.

BARROS, D. S.; AMÉLIA, D. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n1/04.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CATROSA, F. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução: Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

DUARTE, L. F. D. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social. *In*: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução: Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

FALCI, C. H.; ALENCAR, R. O arquivo sob tensão: abundância, descontinuidade e desejo de memória. **Devires**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 146-163, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/devires/index.php/Devires/index>. Acesso em: 28 jul. 2019.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, St. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEDTROM, M. Arquivos e memória coletiva mais que uma metáfora, menos que uma analogia. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução: Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

HERRERA, A. H. **Archivística general**: teoría y práctica. 5. ed. Sevilla: [s. n.], 1992. Disponível em: <https://alexavidal.files.wordpress.com/2015/07/archivisticageneralteoriaypractica-antonia-heredia-herrera.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2019.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Unicamp, 2003.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MORIN, E. **O método**: a humanidade da humanidade, a identidade humana. 4. ed. Tradução: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

PANISSET, B. T. C.; ASSIS, J. M. F. A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de Arquivo. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, n. 10, p. 81-89, 2016. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e10_a04.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas: Unicamp, 2007.

SOUZA, S. de. **Os arquivos e a preservação da memória**. Disponível em: http://www.unesp.br/ccad/mostra_arq_multi.php?arquivo=6983. Acesso em: 12 jul. 2019.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração** – Associação dos Arquivistas Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4353543/mod_resource/content/4/theotomassen%20o%20que%20%C3%A9%20arquivologia.pdf. Acesso em: 23 jul. 2019.

VON SIMSON, O. R. de M. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: o exemplo de centro de memória da UNICAMP. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2007.

YATES, F. A. **A arte da memória**. Tradução: Flávia Bancher. Campinas: Unicamp, 2007.